

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.001 - PR (2020/0245100-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : ELIANA LEITE SA**  
**ADVOGADOS : LUCIANA CANAVER DE LIMA - PR071827**  
**SILVIO FRANCO JUNIOR - PR078817**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – PREVIDENCIÁRIO – NÃO COMPARECIMENTO À PERÍCIA MÉDICA DEMANDA JULGADA IMPROCEDENTE — NORMAS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO QUE DEVEM SER INTERPRETADAS DE ACORDO COM O CARÁTER SOCIAL DAS AÇÕES E EM FAVOR DO SEGURADO DE MODO A NÃO OBSTAR O DIREITO FUNDAMENTAL DESTES – CASO EM QUE O PROCESSO QUE DEVE SER EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POSSIBILITANDO O AJUIZAMENTO DE NOVA AÇÃO PELA SEGURADA – SENTENÇA ALTERADA PARA EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO PELA PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL RECURSO CONHECIDO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO

Quanto à controvérsia, alega violação ao direito à sentença de mérito pela improcedência do pedido tendo em vista que não foi comprovada a incapacidade laboral.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente